

SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA PERSPECTIVA DE GÊNERO EM IPORÁ-GO E MUNICÍPIOS VIZINHOS: A INVISIBILIDADE DA MULHER NO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DO PATRIMÔNIO

SUCCESSION IN FAMILY AGRICULTURE FROM A GENDER PERSPECTIVE IN IPORÁ-GO AND NEIGHBORING MUNICIPALITIES: THE INVISIBILITY OF WOMEN IN THE PROCESS OF HERITAGE TRANSFER

ÉXITO EN LA AGRICULTURA FAMILIAR DESDE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO EN IPORÁ-GO Y MUNICIPIOS VECINOS: LA INVISIBILIDAD DE LAS MUJERES EN EL PROCESO DE TRANSFERENCIA DE PROPIEDAD

Maria Gláucia Dourado Furquim¹, Letícia Arruda de Oliveira², Klaus de Oliveira Abdala³, José Carlos de Sousa Júnior⁴, Daniela Cabral de Oliveira⁵.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Iporá, Brasil.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Iporá, Brasil.

³ Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil.

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Iporá, Brasil.

⁵ Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Alto Araguaia, Brasil.

**Correspondência: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) - Campus Iporá, Avenida Oeste nº 350, Parque União, Iporá, Goiás, Brasil. CEP: 76.200-000. e-mail:maria.furquim@ifgoiano.edu.br*

Artigo recebido em 23/06/2021 aprovado em 21/12/2022 publicado em 28/02/2023.

RESUMO

A sucessão na agricultura familiar consiste no processo de transferência de terra, poder e capital do patriarca para a próxima geração, considerando o fator continuidade das atividades e valores familiares, frente aos atrativos da vida urbana. Verifica-se uma tendência de migração dos jovens rurais para a cidade, fruto de um conjunto de elementos como oportunidades profissionais e ascensão social, penosidade das atividades rurais, e baixo retorno financeiro dentre outros fatores que norteiam a tomada de decisão acerca do permanecer ou partir do ambiente rural. Todavia, quais são as perspectivas para a mulher em termos de sucessão familiar no ambiente rural? Quais os gargalos? Neste sentido o presente estudo buscou identificar a dinâmica da sucessão geracional na perspectiva de gênero na agricultura familiar, no município de Iporá-GO e cidades vizinhas, por meio da aplicação de

questionários para possíveis sucessoras, com objetivo de modelar o cenário local acerca do tema. Os municípios analisados estão localizados na região Oeste do estado de Goiás, tendo as atividades agropecuárias relevante papel na geração de renda e possuindo predominantemente pequenas propriedades conforme classificação do imóvel rural. Os resultados identificaram 72% das entrevistadas interessadas em participar do processo, com a perspectiva de continuar e melhorar as atividades laborais ora desenvolvidas e 28% não se interessam, pois já possuem outras fontes de renda que exigem menos fisicamente, pelo fato de a propriedade possuir outros sucessores ou por serem casadas e residirem na cidade.

Palavras-chave: Gênero. Reprodução social. Juventude rural.

ABSTRACT

Succession in family farming consists of the process of transferring land, power and capital from the patriarch to the next generation, considering the continuity of family activities and values, in view of the attractions of urban life. There is a trend of migration of rural youths to the city, the result of a set of elements such as professional opportunities and social ascension, the hardship of rural activities, in relation to the low financial return, among other factors that guide decision making about staying or leave the rural environment. However, what are the perspectives for women in terms of family succession in the rural environment? What are the bottlenecks? In this sense, the present study sought to identify the dynamics of generational succession from a gender perspective in family farming, in the municipality of Iporá-GO and neighboring cities, through the application of questionnaires for possible successors, to create a local scenario on the theme. The municipalities analyzed are located in the western region of the state of Goiás, with agricultural activities having a relevant role in generating income and have predominantly small properties according to the classification of the rural property. The results indicate the identification of 72% of interested parties to participate in the process, with the perspective of continuing and enhancing what has been developed and 28% are not interested because they already have other sources of income that require less physically, because they have other successors or are married and live in the city.

Keywords: Genre. Social reproduction. Rural youth.

RESUMEN

La sucesión en la agricultura familiar consiste en el proceso de transferencia de tierra, poder y capital del patriarca a la siguiente generación, considerando la continuidad de las actividades y valores familiares, dados los atractivos de la vida urbana. Existe una tendencia de migración de la juventud rural a la ciudad, resultado de un conjunto de elementos como las oportunidades profesionales y el ascenso social, la penuria de las actividades rurales, en relación al bajo retorno económico, entre otros factores que orientan la toma de decisiones. sobre quedarse o del medio rural. Sin embargo, ¿cuáles son las perspectivas de las mujeres en términos de sucesión familiar en el medio rural? ¿Cuáles son los cuellos de botella? En este sentido, el presente estudio buscó identificar las dinámicas de sucesión generacional desde una perspectiva de género en la agricultura familiar, en el municipio de Iporá-GO y ciudades vecinas, mediante la aplicación de cuestionarios a posibles sucesores, para crear un escenario local sobre el sujeto. Los municipios analizados se ubican en la región occidental del estado de Goiás, teniendo las actividades agrícolas un papel relevante en la generación de ingresos y por tener predominantemente pequeñas propiedades según la clasificación de propiedad rural. Los resultados indican la identificación del 72% de los interesados a participar en el proceso, con la perspectiva de continuar y potenciar lo desarrollado y al 28% no les interesa porque ya cuentan con otras fuentes de ingresos que requieren menos físicamente, o porque tener otros sucesores o por estar casado y residir en la ciudad.

Descriptorios: Género. Reproducción social. Juventud rural.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar compreende o núcleo familiar de produção que absorve a mão de obra da própria família, sendo responsável pela administração e geração de renda através do exercício de atividades econômicas. De acordo com Abramovay et al., (1998, p. 9) “A agricultura familiar, assim denominado o setor da agricultura em que os gerentes ou administradores dos estabelecimentos rurais são também os próprios trabalhadores rurais”. Os autores afirmam que a agricultura familiar possui importância econômica em diversas cadeias produtivas e que não pode ser confundida com a produção de baixa renda ou agricultura de subsistência.

A dinâmica da sucessão geracional no ambiente rural familiar, como forma de reprodução social, profissional e do formato de negócio a partir da delegação do patrimônio (propriedade da terra) e gestão (tomada de decisão) do empreendimento agrícola vem apresentando diversos desafios para o efetivo processo de transferência. De acordo com Lamarche (1997) a agricultura familiar passou por diversas transformações a partir da década de 1950, efetivando-se em 1960, em meio à políticas modernizadoras que passaram a estimular a produção em larga escala para exportação e o monocultivo, estabelecendo um modelo excludente de estrutura fundiária particularmente aos pequenos produtores.

Fato esse que se aprofunda e se torna especialmente evidenciado nas últimas décadas quanto à questão da sucessão familiar no meio rural, que enfrenta o desafio entre o ficar e o partir dos filhos, especialmente atraídos pelas “oportunidades” presentes no meio urbano. Para Lima et al., (2013) a migração deve ser entendida como um fenômeno de causas e consequências que ilustram uma tendência inevitável e reforçam os paradigmas do novo rural. Entretanto, emerge a necessidade de se compreender elementos que caracterizem a realidade do campo, integrando questões de gênero e geração à aspectos de participação na gestão, produção e resultados provindos da atividade familiar dentro da propriedade, e até mesmo em um contexto de participação comunitária, com vistas a identificar o papel das políticas públicas promotoras de desenvolvimento rural.

Cabe destacar que o meio rural vem passando por um processo de envelhecimento (SPANNEVELLO et al, 2017). Isso quer dizer que, cada vez menos, as novas gerações estão seguindo o caminho da sucessão familiar em suas propriedades, não dando continuidade ao sistema de produção rural de sua família. Segundo Silva e Batista (2011) existem vários fatores que influenciam na migração desses jovens para cidade, se destacando a falta de salário pelo trabalho exercido, a extensa jornada de trabalho e dificuldade de acesso a bens e serviços diferenciais encontrados no meio urbano.

Adicionalmente aos desafios da sucessão familiar, aspectos como o papel da mulher neste processo, e no tocante a gestão e continuidade da atividade, ainda são pouco explorados. Segundo Carneiro

(2001), os contornos que definem a transmissão do patrimônio, especialmente a terra, perpassam contextos históricos, econômicos e institucionais que tornam ainda mais plurais as regras reconhecidas no âmbito dos agricultores familiares ao considerar-se as diferenças de gênero, em que pese as condições de cada família. A autora destaca ainda, a função da mulher na difusão de valores e conhecimentos tradicionais, que ultrapassam aspectos meramente produtivo ou econômico. De acordo com Silva e Schneider (2010) a desigualdade de gênero se reflete no homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade, cabendo as mulheres cuidar da casa e da família.

Pelo que foi apresentado, considerando a relevância da temática de sucessão familiar no meio rural no contexto de evidência do papel da mulher no processo, o objetivo desta pesquisa foi analisar a dinâmica da sucessão geracional na perspectiva de gênero feminino no município de Iporá em Goiás e cidades vizinhas, sob a hipótese de invisibilidade da mulher no processo sucessório.

REVISÃO TEÓRICA

Sucessão familiar no meio rural: abordagem conceitual

A sucessão familiar no meio rural refere-se ao processo de transmissão do conhecimento e da prática de uma geração para outra, visando manter ou expandir os meios de produção. Compreende, portanto, questões relativas à transferência do patrimônio, a continuidade da atividade profissional e a saída da geração progenitora do comando (SANTOS, 2016). Mello et al. (2003) asseveram que o momento de transferência ocorre de forma lenta e gradual, sendo diferenciado segundo a organização de cada família, haja vista que essa transferência é essencial ao êxito da constituição da nova geração de potenciais sucessores e hábeis produtores, que possibilitem a renovação da agricultura familiar e o desenvolvimento do meio rural. Nessa perspectiva, segundo Loiola et al., (2021) a sucessão é um processo composto por fases, para além da posse da terra, envolvendo relações socioculturais a transferência e capacitação profissional.

Segundo Menezes Neto (2017), o rural deixou de ser apenas do produtor agropecuário, agregando bens que não eram de consumo, transformado em um espaço mais diversificado e heterogêneo. De acordo com Bordulis et al., (2016) o trabalho na agricultura hoje é algo complexo, que necessita de estrutura e o capitalismo faz com que essa atividade se torne mais difícil para as famílias rurais, onde o campo deixou de ser uma área de vivência e passou a ser para produção.

Segundo Oliveira e Vieira Filho (2018) é por meio do processo sucessório que ocorre a oxigenação gerencial, que deve ser conduzida nas empresas familiares de maneira equilibrada, visando reduzir conflitos. Segundo os autores, essas resistências devem ser vistas como algo natural e enfrentadas de forma sistêmica, para que não haja bloqueio de aprendizado e conflitos quanto ao resultado que se

almeja. Otsuki (2013) diz que muitas empresas modernas surgiram historicamente de um negócio familiar, onde os proprietários forneciam o próprio nome e se tornaram conhecidas dentro do ramo empresarial. Analogamente, no ambiente rural, a propriedade e o modelo de negócio adotados são “repassados” buscando replicar a identidade e perpetuar as tradições.

São grandes os desafios e incertezas para as propriedades rurais no que se refere às perspectivas para o futuro, no que versa a sucessão geracional. Segundo Loiola et al., (2021), Boscardin et al., (2021) e Foguesatto et al., (2020), o esvaziamento do ambiente rural, tem sido amplamente discutido, visto que esse processo migratório rural-urbano se acentuou na última década, acarretando uma problemática mundial, da qual o Brasil faz parte, uma vez que, a falta de sucessores compromete a continuidade das comunidades rurais. Os autores acrescentam que o processo sucessório por si só é multifacetado, a depender de cada unidade familiar, das condições produtivas e do contexto geográfico e temporal. Assim, a permanência dos jovens no meio rural, não se faz puramente por uma obrigação moral de manutenção do patrimônio, rompendo com a dialética que todo filho de agricultor seria agricultor ou disposto a ser o sucessor geracional.

Conforme Milone e Ventura (2019), existem desafios no processo de sucessão diante da evasão, pois o meio rural, por se tratar de um ambiente no qual as atividades são diárias e demandam grande esforço físico, faz com que parte dos jovens sejam influenciados pelos próprios pais a buscarem oportunidades na cidade, tendo uma certa resistência caso tenham que voltar para o campo. Para Kischener et al., (2021) diferentes fatores condicionam a permanência dos jovens no meio rural, dentre os quais a quantidade de horas de trabalho no estabelecimento familiar, comparativamente ao trabalho assalariado. Assim, o paralelo entre o campo e a cidade é, portanto, um ponto central entre jovens na tomada de decisão, por vislumbrarem que exercerem atividades na zona urbana remete a maior estabilidade, ou seja, renda regular, jornada fixa de trabalho, plano de carreira profissional, relações sociais entre outros (MATTE; MACHADO, 2016).

Por sua vez, Piepper (2014) relata que o processo de sucessão está ligado a uma etapa importante para as empresas familiares sobreviverem junto a agricultura, surgindo a necessidade de se tomar medidas preventivas para que esse processo de transmissão aconteça com êxito, exigindo um gerenciamento e qualificação para que se alcance a viabilidade e sustentabilidade envolvendo os jovens.

O papel da mulher no campo: essência e resistência

O trabalho feminino no campo contribui com a renda da família, mas, apesar disso, se remete frequentemente como atividade complementar ao trabalho exercido pelo homem, não sendo valorizadas as diferentes atividades das quais elas participam, reforçando a invisibilidade da mulher no

segmento rural (ALMEIDA et al., 2014). Segundo Guedes (2022) a generificação ocupacional, explica a cultura de segregação de gênero no trabalho, especialmente no rural, visto que, conferem uma posição de subordinação as mulheres (e crianças e jovens em geral) que muitas vezes figura como "ajuda", as atividades exercidas pelos homens.

A presença das mulheres na produção familiar não é novidade, de acordo com Sales (2007) mesmo nesse não reconhecimento, a mulher tem ocupado terras, seja plantando, cultivando e colhendo, presentes em casa, no quintal, com o direito de serem reconhecidas como mulheres trabalhadoras. Nesse contexto, Rodrigues (2020, p. 16) esclarece que: “A falta de reconhecimento da mulher como agente econômico dentro das cadeias de valor na agricultura amplia as desigualdades no campo”.

A mulher possui participação efetiva no desenvolvimento socioeconômico, Almeida et.al (2014) dizem que essa participação está nas estratégias de desenvolvimento e diversificação da propriedade, tendo acesso nas responsabilidades da família e da produção, produzindo a maior parte dos alimentos consumidos em todo o território. Para Spanevello et al., (2019), as mulheres rurais desenvolvem atividades para além da produção em si, como beneficiamento, processamento e transformação da produção agropecuária (in natura ou de derivados) para autoconsumo e venda, especialmente para obter uma renda própria. Para Loli et al., (2020, p. 2) “O beneficiamento dos produtos da propriedade, atividade realizada principalmente pelas mulheres, gera valor agregado, incrementando a receita da propriedade e melhorando a sua sustentabilidade econômica”.

De acordo com Spanevello et al., (2019) os paradigmas que norteiam o trabalho feminino perpassam as situações de interdependência e o da divisão subalterna, afirmando que o primeiro paradigma está associado ao rural menos capitalizado, conservando a tradicionalidade de seus sistemas sustentados pela interdependência e complementariedade dos trabalhos realizados por homens e mulheres. O segundo sustenta a divisão do trabalho por sexo, definindo o controle do homem sobre a capacidade da mulher, perpetuando o desigual acesso a produção, onde o padrão é definido pelo homem e a mulher se torna dependente. De forma complementar Schneider et al., (2020, p. 253) aduzem que o trabalho doméstico e o cuidado com o lar é atribuído como responsabilidades das mulheres, como se naturalmente houvesse uma maior aptidão feminina para o exercício destas funções. “No entanto estas classificações reproduzem hierarquias e reduzem de forma simplória as várias atividades que podem ser exercidas pelas mulheres.

Ou seja, ao atribuir ao trabalho feminino o caráter “ajuda”, cria-se obstáculos ao seu reconhecimento como agente efetivo do processo de produção e gestão do negócio familiar (SPANEVERELLO et al., 2019) Para Loli et al., (2020, p. 4), o papel da mulher no ambiente rural transcende a produção ou o trabalho em si, mas se faz crucial para [...] preservar e transmitir valores e tradições, os quais são vistos como estratégias de manutenção da qualidade de vida desses agricultores e das gerações futura”.

De acordo com a FAO (2011) as mulheres enfrentam desafios de gênero pela participação na força de trabalho, o que exige políticas de intervenções que vão além da promoção do crescimento e da eficiência do mercado de trabalho. Segundo dados do Censo de 2017 houve um aumento do total de estabelecimentos agrícolas nos quais a mulher é responsável pela gestão da propriedade, sendo 947 mil mulheres declaradas codiretoras do próprio estabelecimento. Tal cenário, reforça a importância da atuação feminina no meio rural, que desempenha um papel relevante quanto a produção e agregação de valor.

METODOLOGIA

A pesquisa se classifica como quali-quantitativa, visto que as pesquisas qualitativas “buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”, enquanto a pesquisa quantitativa “tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana”, conforme salientam Gerhardt e Silveira (2009, p. 32-33). Quanto aos objetivos, realizou-se uma abordagem exploratória, ou estudo preliminar, que visa oportunizar mais familiaridade com o problema e evidenciá-lo por meio de revisão bibliográfica em literatura da área. Também se fez uma revisão descritiva, com a identificação e a análise dos aspectos relacionados ao fenômeno estudado.

Complementarmente foram aplicados 100 questionários no período de julho a novembro de 2019, em Instituições de Ensino Superior no município de Iporá-GO para discentes dos cursos de Bacharelado em Agronomia, Tecnologia em Agronegócio, Técnico Profissionalizante em Agropecuária, em lojas agropecuárias do município de Iporá e cidades vizinhas e em visita a propriedades indicadas. O questionário possui um total de 8 questões, sendo 5 questões fechadas e 3 questões abertas a uma amostra por acessibilidade ou por conveniência (filhas de produtores rurais) de Iporá, Jaupaci, Diorama, Arenópolis e Amorinópolis em Goiás, buscando identificar o interesse ou não em suceder aos pais e quais os condicionantes para que isso efetivamente aconteça. Para Gil, na amostra por conveniência (2008) o pesquisador define a forma de representar o universo, mediante os elementos a que tem acesso.

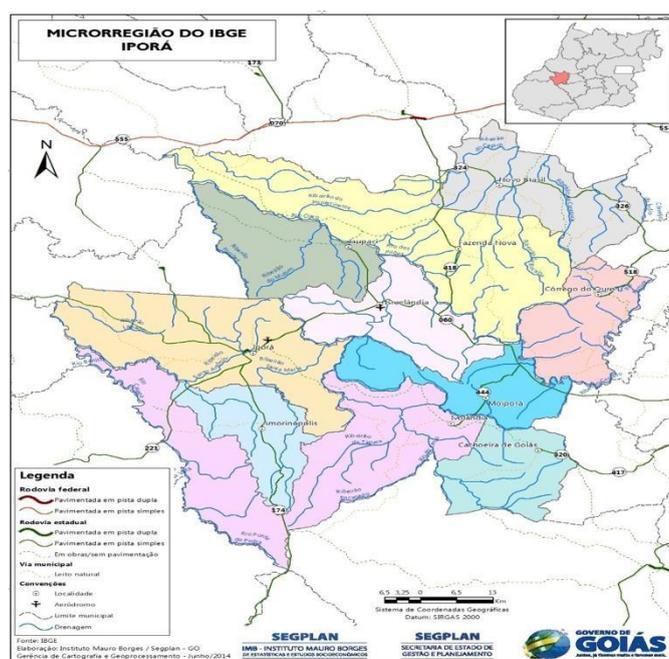
As indagações realizadas procuraram adicionalmente apresentar aspectos relacionados à: idade, grau de escolaridade, estado civil e classificação do imóvel rural. No sentido de resguardar a identidade das respondentes, bem como garantir maior espontaneidade nas respostas, não houve obrigatoriedade de identificação no preenchimento dos questionários. Os dados foram processados através do programa Excell for Windows, sendo aplicada a estatística descritiva no processo de análise, com o objetivo de condensar as informações, de modo a melhorar a percepção geral dos dados coletados e tabulados, descrevendo o comportamento das variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percepção de filhas de produtores familiares de Iporá e municípios vizinhos sobre o processo sucessório

A microrregião de Iporá, localizada na região Centro-Oeste do estado de Goiás (Figura 1) abrange os municípios de Amorinópolis, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá e Novo Brasil, ocupando um território de 7.074, 21 km². O município possui população estimada em 31.563 habitantes, sendo 17,4% de pessoas ocupadas em relação à população total, e o salário médio mensal de 2,3 salários-mínimos, tendo o setor de serviços e as atividades agropecuárias em pequena escala como principais fonte para a constituição do PIB municipal (IBGE, 2018).

Figura 1 – Mapa da localização da microrregião de Iporá, no estado de Goiás e seus respectivos municípios.



Fonte: IBGE/SEGPLAN, (2014).

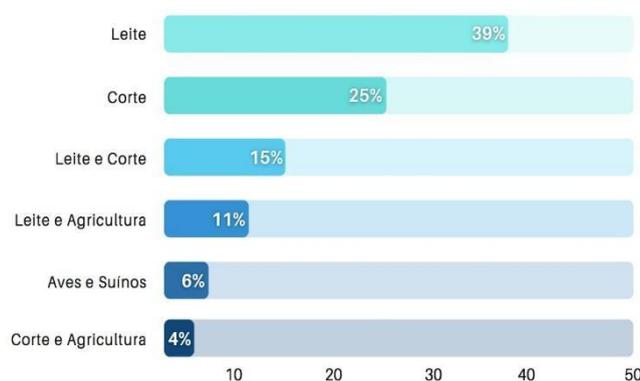
Com o propósito de identificar as perspectivas femininas quanto a sucessão familiar, considerando a importância da mulher no ambiente rural na atualidade, foram aplicados cem questionários a filhas de produtores rurais de Iporá, Jaupaci, Diorama, Arenópolis e Amorinópolis em Goiás, vislumbrando construir um panorama da maneira como a figura feminina é enxergada na transmissão do patrimônio. A estratificação da amostra das possíveis sucessoras entrevistadas, é composta majoritariamente por estudantes correspondendo à 65% do total de questionários aplicados, sendo em lojas agropecuárias e visita a propriedades 25% e 10% respectivamente. As possíveis sucessoras entrevistadas, apresentam

as respectivas faixas etária: 29% com até 20 anos, 57% possuem entre 20 e 30 anos, 8 % com idade entre 30 e 40 anos e 6% tem entre 40 e 50 anos. Quanto ao estado civil das mesmas: 59% são solteiras, 30% casadas, 5% divorciadas e 6% em união estável. Estes resultados, indicam direta correlação com o perfil das entrevistadas, que na maioria são jovens. O nível de escolaridade das respondentes é: 3% com o ensino fundamental completo e 5% incompleto, 32% com o ensino médio completo e 3% incompleto, 19% com o ensino superior completo e 38% incompleto.

No que se refere à origem da propriedade, verifica-se que foram 58% herdadas dos avós; 30% advindas de recursos próprios; 4% cedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 8% parte herança e compra com recursos próprios.

Na figura 2 é apresentado as principais atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades das potenciais sucessoras, sendo que atualmente o exercício da atividade leiteira como uma fonte de renda representa 39%; bovinocultura de corte 25%; leite e corte 15%; corte e agricultura 4%; leite e agricultura 11%; aves e suínos 6%, sendo este resultado condizente com o Dias et al. (2015), que apresenta a predominância da bovinocultura de leite em Iporá e municípios goianos circunvizinhos (Amarinópolis, Diorama, Israelândia, Ivolândia e Jaupaci).

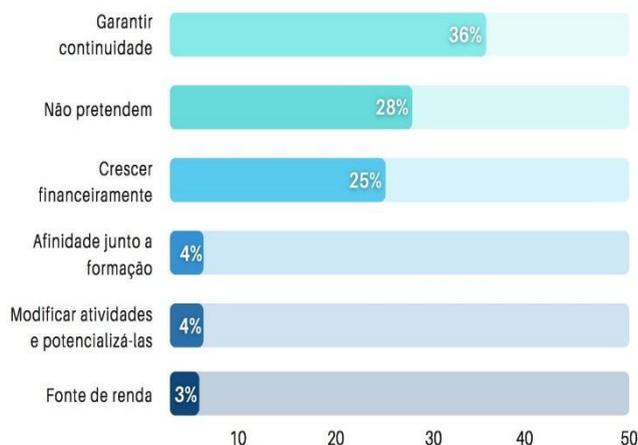
Figura 2- Atividades econômicas desenvolvidas na microrregião:



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

O número de entrevistadas que possuem interesse em realizar o processo sucessório totalizam 72%, sendo os motivos que justificam esse interesse, são apresentados na figura 3. Deste total, 36% sinalizam o desejo em dar continuidade ao que já vem sendo feito, 25% almejam crescimento econômico e aumento da renda ao assumirem a propriedade; enquanto 4% das entrevistadas pretendem modificar as atividades já desenvolvidas e potencializá-las; por sua vez, um percentual de 4% das participantes relatam afinidade com o segmento rural como fator de interesse para a permanência no campo e 3% têm a propriedade como principal fonte de renda.

Figura 3 – Potenciais sucessoras e suas perspectivas:



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Esse resultado difere dos apresentados por Ferrari et al. (2004), obtidos no oeste catarinense, quanto ao interesse das filhas dos agricultores familiares em realizarem a sucessão, comparativamente aos rapazes, posto que: “Apenas 33% delas desejam “permanecer na agricultura como proprietária”, ao passo que 42% desejam “trabalhar e morar na cidade”. Igualmente, a pesquisa realizada por Carvalho (2007) no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul acerca de sucessão na agricultura familiar aponta um percentual de 48,3% de negação em trabalhar com as atividades agrícolas por parte das mulheres, sendo que 31,1% das filhas informaram que não querem seguir carreira na agricultura; e outras 17,2% das respostas não tão incisivas também demonstram essa negação. Fato também reforçado pela pesquisa de Breitenbach e Corazza (2020) ao analisarem a questão de gênero na sucessão geracional entre jovens do Rio Grande do Sul, constando que apenas 33,5% do total de jovens mulheres, têm alto interesse em permanecer na propriedade e no meio rural, e que 13,9% participam nas tomadas de decisão da propriedade. Para Schneider (2020) diversas pesquisas sinalizam a predominância da saída das moças das áreas rurais, o que vem causando a masculinização do campo. Esses resultados nos permitem identificar uma mudança comportamental das jovens rurais entre regiões Sul e Centro-Oeste do país. Segundo Carneiro (2001), em regiões de colonização europeia (italiana e alemã), o processo de transferência da terra, está enraizado em fragmentos do antigo sistema colonial que transcende aspectos legais, estando essencialmente relacionados a fatores tradicionais para a manutenção da propriedade, prioritariamente buscando atender a quem trabalha na terra, representado na figura do filho homem e herdeiro, como forma de sustentar a família. Para as mulheres, restavam uma quantidade em dinheiro, uma vez que a responsabilidade de prover o lar é do marido. Assim, reproduzir o modo de vida e “servidão” que algumas mulheres vivenciam no ambiente familiar rural, não atrai as jovens filhas de produtores. De acordo com Schneider et al., (2020, p. 251) no cerne do êxodo das mulheres está o efetivo acesso à terra, pois, “[as] filhas de agricultores não

partilham de forma igualitária a herança com seus irmãos homens”. De forma complementar Prochnow et al. (2022) reforçam que o patriarcado preponderante no ambiente rural, não prepara as jovens mulheres para a sucessão, ao contrário, fazem com que se sintam desvalorizadas e projetem um futuro pessoal e profissional fora do campo. Sob esse prisma, Breitenbach e Corazza (2020) esclarecem que a desvalorização do trabalho feminino é um desestímulo a permanência na propriedade e acrescentam que o preconceito de gênero se faz por meio da menor participação feminina nas atividades geradoras de renda da propriedade, sem remuneração ou reconhecimento.

Os motivos pelos quais 28% das entrevistadas não pretendem suceder aos pais, são: 10% são casadas e residem na cidade e não possuem interesse em voltar para o campo; 8% não se interessa pela área rural; 4% possuem outro emprego que exige menos fisicamente e proporciona maior renda; 4% por possui outros potenciais sucessores; 2% pretendem vender a propriedade. Segundo Matte e Machado (2016, p. 145) a penosidade das atividades desenvolvidas no meio rural, pesam na decisão dos jovens em suceder aos pais pois, “[...] demandam maior esforço físico, falta de horário fixo, baixos rendimentos e a falta de lazer”. Ainda segundo os autores, deve-se considerar um conjunto de fatores ao analisar a saída dos filhos do meio rural, como a busca pelo estudo, as possibilidades profissionais, a comparação entre o urbano e o rural, a desigualdade entre gênero entre outros elementos internos e externos que são específicos de cada propriedade. Esses aspectos são reforçados por Stropasolas (2004) ao expor que as filhas dos agricultores se apresentam mais favorável à adaptação ao comportamento urbano que os rapazes, em virtude do enfraquecimento das tradições e das oportunidades de estudo, emprego e crescimento profissional.

A figura 4, assinala os principais entraves para o processo sucessório, na percepção das respondentes, destacando que: 32% das entrevistadas afirmaram que há dificuldade quanto a tomada de decisão por ser mulher, o que na visão de Stropasolas (2004, p.255) “A vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo”. Mello et al., (2003) apontam a predileção pela figura masculina na escolha do sucessor, o que por consequência promove o alijamento das mulheres por ocasião da partilha da propriedade. Enquanto, 27% consideram inviável por ter que investir na propriedade; 20% falta de interesse dos sucessores; 6% a propriedade não proporcionar atualmente lucro; 6% falta de potenciais sucessores; 5% mão de obra qualificada para gerir a propriedade; 4% muitos sucessores.

Figura 4 – Fatores dificultantes para condução das atividades na propriedade.



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

No que se refere à figura da mulher no meio rural em pequenos municípios, Stropasolas (2011, p.26 e 27) afirma:

“O questionamento por parte dos jovens rurais, sobretudo pelas filhas dos agricultores, sobre sua condição social marcada pela falta de autonomia e de oportunidades de renda e a recusa em seguir a profissão dos pais ao migrarem para as cidades têm comprometido a continuidade e o papel que os empreendimentos familiares exercem”.

Ainda segundo o autor, percebe-se que a resistência e exclusão quanto a figura feminina, como herdeira e sucessora começa no próprio ambiente familiar com a preferência natural do filho assumir as funções. Assim, ancorado por um viés de gênero, a organização do trabalho na agricultura familiar, dedica ao homem o espaço da produção e da gestão da propriedade. Dessa forma, as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar por essas questões. Ou seja, embora a mulher tenha interesse em suceder aos pais, não são criadas condições para que esse processo efetivamente aconteça. Fato evidenciado pela pesquisa quando as respondentes em maioria declaram que os pais não acreditam que elas venham a assumir a propriedade, especialmente pela possibilidade de novas escolhas profissionais ou afetivas “[...] ‘impulsionadas’ pelos próprios pais, essas iniciativas femininas acabam ‘arrastando’ rapazes com que mantinham algum tipo de laço afetivo antes (ou mesmo depois) de elas tomarem sua decisão (STROPASOLAS, 2004, p. 256)”.

Esses resultados são reforçados por relatos como o de uma respondente, que expõe “meu pai comenta que a manutenção da propriedade está na responsabilidade do meu irmão, pois ao casar tenho que seguir meu marido”. Outra participante da pesquisa de 24 anos, estudante de graduação do curso superior de Tecnologia em Agronegócio conta em suas palavras:

“Sou a primeira pessoa da família que irá concluir um curso superior e me sinto profissionalmente preparada para exercer atividades produtivas na propriedade do meu avô, contudo, não tenho esta oportunidade. Enquanto meu irmão cultiva milho em uma parcela de terra e cria porcos para serem vendidos no comércio local, ouço que “tomar a frente” de um empreendimento rural não é para mim.”

Por meio das falas, percebe-se a angústia interior em relação a como são enxergadas dentro do processo de transmissão da posse da terra. Geralmente, entendido pelos pais como o fim de um ciclo, pela incapacidade delas de trabalharem e manterem a parcela de terra herdada. Por sua vez, as jovens não demonstram segurança em falar abertamente sobre o interesse em trabalhar na terra, por considerar que pode ser entendido como desrespeitoso pelos pais que claramente reforçam as “facilidades” da vida na cidade. Sendo clara as diferenças entre o que as filhas e o que os pais prospectam para seu futuro.

Este fato foi exposto no estudo de Abramovay et al., (1998, p. 66), ao relatar a centralização do poder paterno na realização do processo sucessório e sua realização efetiva “[a] transição leva em conta muito mais a capacidade e disposição de trabalho do pai do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da atividade”. Assim, a hipótese de invisibilidade da mulher no processo de transferência de patrimônio é validada, visto que os resultados da pesquisa sinalizam dois aspectos antagônicos, o interesse em suceder aos pais, frente a resistência dos pais em reconhecer nas filhas a possibilidade de sucessão geracional. Ao mesmo tempo, alinha-se as abordagens de Milone e Ventura (2019), Signor (2019) e Boscardin et al., (2021) ao apresentarem como a “nova geração de agricultores” jovens estudantes de Cursos Superiores ligados ao Agronegócio, que tendem a retornar para o rural, para empreender ou otimizar as atividades já existentes. Os autores acrescentam que dado o dinamismo do setor, fazer mais do mesmo implica na inviabilidade econômica do negócio rural, visto a necessidade de mudanças incrementais que perpassam das técnicas de produção aos meios de comercialização.

Considerando que o perfil das respondentes predominantemente cursa cursos de graduação ou de formação técnica vinculados a área de ciências agrárias, o que potencialmente lhes permitem outras possibilidades profissionais no ambiente urbano, o interesse em assumir as atividades atualmente gerida pelos pais, figura como um contraponto ao que comumente se espera das jovens filhas de produtores quanto a decisão de ficar ou partir do ambiente rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de sucessão familiar é um tema recorrentemente estudado, todavia, não se possui um consenso de como gerenciar esse processo, dada as particularidades da propriedade ou família abordada. Como forma de contribuir para com as discussões, este trabalho teve como objetivo analisar os desafios que os sucessores enfrentam no processo de transferência do patrimônio e tomada de decisão, levando em consideração a perspectiva de gênero feminino.

Conclui-se que, a partir dos dados obtidos que 72 % das entrevistadas sinalizam interesse em realizar o processo sucessório, tendo como perspectiva: dar continuidade e potencializar o que vem sendo desenvolvido na propriedade, e crescer financeiramente. Todavia, 28% não possuem interesse considerando: outros potenciais sucessores, são casadas e residem na cidade ou por estarem empregadas e o atual emprego exigir menos fisicamente.

As entrevistadas se mostraram interessadas na sucessão, embora, não identifiquem apoio dos pais para assumirem a gestão da propriedade, sendo incentivadas a buscarem novos caminhos, o que ratifica a hipótese de invisibilidade da mulher no processo sucessório na região objeto de estudo.

AGRADECIMENTO:

Os autores agradecem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano pelo apoio.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (coord). Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri ; Brasília : NEAD, 2001. 120p.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V.M.; Juventude e agricultura familiar: desafios de novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ALMEIDA, J. A. T.; NORONHA, C.R. B.; BRITO, E. R. P.; FARIAS, A.R.B.; ANDRADE, H. M. L.S. A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas. In. Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero, 18, Recife, Anais. REDOR, p. 3740-3750, 2014.

BORDULIS, D.C.; BASSO, C.V.; KREMPACKI, E.M.; Perspectivas sobre os jovens rurais: Marcelino Ramos/RS. In. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, São Luís- MA, Anais. XVIII ENG, 2016.

BOSCARDIN, M.; SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A.; DUARTE, L. C.; MOREIRA, S. da L. Permanência da juventude no meio rural: para além da sucessão geracional tradicional. EUTOPIA, v. 19, p. 119-135, 2021.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, p. 413-428, 2020.

CARNEIRO, M. J. Herança e identidade de gênero entre agricultores familiares. *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CARVALHO, V. R. F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina - PR, Anais. SOBER, 2007.

CENSO agropecuário 2017: manual do recenseador - CA 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 148 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf. Acesso em: jun. 2020.

DIAS, K. M.; SILVA M. M.; WANDER A. E.; SALVIANO, P. A. P.; CARVALHO, E. R. Uma perspectiva de desenvolvimento rural baseada nas características socioeconômicas dos produtores rurais de Iporá e região, Estado de Goiás/GO. *Revista Verde*, v. 10, n. 4, p. 49 - 57, 2015.

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Women's Work. In: *The State of food and agriculture 2010-2011*. Roma, 2011, p.07-22.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; TOSTA, V.M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Estudos sociedades e agricultura*, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

FOGUESATTO, C.R.; MORES, G.de V.; D. KRUGER, S.; COSTA, C. Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. *Land Use Policy*, v. 97, 2020.

FREIRE, P. S.; SOARES, A. P.; NAKAYAMA, M; K.; SPANHOL, F. J. Processo de sucessão em empresa familiar: gestão do conhecimento contornando resistência as mudanças organizacionais. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, v. 7, n. 3, p. 713-736, 2010.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 122p.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, M. K. Inovação social e empoderamento de mulheres agricultoras: o caso do programa capital humano e social de EPAGRI na cidade de Correia Pinto. Florianópolis-SC. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

KISCHENER, M. A.; BATISTELA, E. M.; GRIGOLO, S. C.; BATISTELA, A. C. A problemática da sucessão geracional na agricultura familiar do Sudoeste Paranaense. *Brazilian Journal of Development*, v.7, n.1, p.3490-3508, 2021.

LAMARCHE, E.; *A agricultura familiar: comparação internacional*. 2 ed., Campinas: Unicamp, 1997.

LIMA, S. M. V.; VIEIRA, L. F.; CASTRO, A. M. G.; SARMENTO, E. P. de M.; *Juventude rural e as políticas de acesso à terra no Brasil: Recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural*. Brasília: MDA, 2013. 184p.

LOIOLA, A.; RODRIGUES, F. X. F.; GRZEBIELUCKAS, C. Sucessão: dilemas encontrados pela juventude para permanência no campo. *Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas - POLITI(K)CON*, v. 1, n. 1, p. 113–128, 2021.

LOLI, D. A.; LIMA, R. de S.; SILOCHI, R. M. H. Q. Mulheres em Contextos Rurais e Segurança Alimentar e Nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 27, p. 1-13, 2020.

MATTE, A., MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. *Revista de Estudos Sociais*, v. 18, n. 37, p. 130-151 2016.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agricultura em São Paulo*, v. 50 n. 1, p. 11-24, 2003.

MENEZES NETO, J. B. Reflexões sobre os espaços rurais: caminhos para o desenvolvimento rural brasileiro. *Revista Rural & Urbano*, v. 02, n. 02, p. 02-25, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/download/241062/32090>. Acesso em: 18 out. 2022

MILONE, P.; VENTURA, F. New generation farmers: rediscovering the peasantry. *Journal of Rural Studies*, v. 65, p. 43-52, 2019.

OLIVEIRA, W. M. de.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Sucessão nas fazendas familiares: problemas e desafios. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8358/1/td_2385.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

OTSUKI, E. A. C. Desafios do processo de sucessão familiar: um estudo de caso na empresa lave fácil lavanderia. Brasília-DF. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário de Brasília, UniCeub, 2013.

PESSOTTO, A. P.; COSTA, C.; SCHWINGHAMER, T.; COLLE, G.; DALLA CORTE, V. F. Factors influencing intergenerational succession in family farm businesses in Brazil. *Land Use Policy*, v. 87, 2019.

PIEPER, N. W.; Sucessão familiar: desafios e perspectivas no município de Catuípe –RS. Ijuí – RS, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, 2014.

RODRIGUES, H. E. Empreendedorismo feminino no meio rural paraense: estudo com agricultoras familiares em municípios do baixo Tocantins. Belém-PA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural da Amazônia, 2020.

SALES, C. V. Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. *Revista Estudos Feministas*, v.15, n.2, p.437-443, 2007.

SIGNOR, C. P. Empreendedorismo rural: intenções empreendedoras dos jovens acadêmicos da área de ciências agrárias. Palmeira das Missões. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM-RS, 2019.

SILVA, C. B. de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). Gênero e geração em contextos rurais. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 183-207, 2010.

SCHNEIDER, C. O.; GODOY, C. M. T.; WEDIG, J. C.; VARGAS, T. de O. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. *INTERAÇÕES*, v. 21, n. 2, p. 245-258, 2020.

SILVA, J.R.; BATISTA, C. W. da S.; Juventude rural e agricultura familiar: os determinantes da escolha profissional e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores no município de São Sebastião – AL. *Revista Científica do IFAL*, n. 2, v. 1, p.78-90, 2011.

SILIPRANDI, E.; Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v.2, n.1, 2007.

SPANEVERLO, M. R.; MATTE, A.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural Sob a Ótica dos Agricultores Familiares Sem Sucessores. *Desenvolvimento em Questão*, v.15, n. 40, p. 348-372, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.40.348-372>

SPANEVERLO, R. M.; DOEGE, A. M. N.; DREBES, L.M.; LAGO, A. Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar. *Desenvolvimento em Questão*, v. 17, n. 48, 2019.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 253-267, 2004.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Agriculturas*, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011.